

## **Política relativa à Denúncia de Irregularidades**

### **Anexo 2**

**Data da entrada em vigor:**

**19-05-2026**

### **Informação sobre Proteção de Dados**

#### **1. Finalidade da presente Informação sobre Proteção de Dados**

- (1) A presente Informação sobre Proteção de Dados aplica-se a todos os membros do grupo OBO Bettermann WELT (doravante designados: empresas do Grupo), bem como os seus colaboradores, membros dos órgãos de administração e outras pessoas envolvidas numa denúncia, caso estejam a tratar do processamento ou da investigação de uma denúncia dirigida à OBO Bettermann Holding GmbH & Co. KG, com sede em Hüingser Ring 52, 58710 Menden (Sauerland), Alemanha, [Número de registo: HRA 4854, número de identificação fiscal: DE811792270] e/ou à OBO Hungary Kft., com sede em Alsóráda 2, 2347 Bugyi, Hungria, [Número de registo: 13-09-096185, número de identificação fiscal: HU10847392], tal como descrito no Anexo 1. Todas as empresas do Grupo envolvidas no tratamento dos dados pessoais abrangidos por cada relatório são consideradas responsáveis conjuntos pelo tratamento.
- (2) A Política de Privacidade do Grupo OBO Bettermann WELT está disponível a qualquer momento através deste [Hiperligação](#).
- (3) O Grupo OBO Bettermann WELT compromete-se a proteger os dados pessoais dos denunciantes, de outras pessoas abrangidas pela presente Política relativa à Denúncia de Irregularidades e das pessoas mencionadas numa denúncia ou por ela afetadas, e atribui a maior importância à salvaguarda do seu direito à autodeterminação informacional. O Grupo OBO Bettermann WELT trata os dados pessoais de forma confidencial e toma todas as medidas técnicas e organizacionais necessárias para garantir a segurança dos dados.

#### **2. Nome e endereço da pessoa responsável pelo tratamento**

- (1) O responsável principal, na aceção da lei de proteção de dados, é a empresa do Grupo encarregada do relatório de conformidade, tal como indicado no Anexo 3, eventualmente em conjunto com ou independentemente de outras empresas do Grupo envolvidas (doravante: "nós", "nos", "nosso", "entidade responsável"):

- No caso de denúncia à autoridade competente na Alemanha, a entidade responsável é: **OBO Bettermann Holding GmbH & Co. KG**  
Hüingser Ring 52  
58710 Menden,  
Alemanha  
Telefone: +49 (0)2373 89-0  
Fax: +49 (0)2373 89-238  
E-Mail: [info@obo.de](mailto:info@obo.de)  
[Número de registo: HRA 4854, número de identificação fiscal: DE811792270] ou
- No caso de comunicações à autoridade competente na Hungria, a entidade responsável é:  
**OBO BETTERMANN Hungary Kft.**  
H-2347 Bugyi, Alsóráda str. 2,  
Hungria  
E-Mail: [compliance@obo.de](mailto:compliance@obo.de)  
Telefone: +0036 29 349-708  
[Número de registo: 13-09-096185, número de identificação fiscal: HU10847392]

(2) Dados de contacto do Encarregado da Proteção de Dados

**OBO Bettermann Holding GmbH & Co. KG**

**Josef Honert**

- o responsável pela proteção de dados -

Hüingser Ring 52

58710 Menden

Tel.: 0049-2373-89-1351

E-Mail: [datenschutz@obo.de](mailto:datenschutz@obo.de)

(3) O responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais junto do Provedor é

DR. WEHBERG & PARTNER mbB

Revisores oficiais de contas, consultores fiscais e advogados

Feithstraße 177, 58097 Hagen

Telefone: 0049-2331-1098-1234

E-mail: [obo-hinweise@wehberg.de](mailto:obo-hinweise@wehberg.de)

O ponto de contacto pela proteção de dados na DR. WEHBERG & PARTNER mbB é:

DR. WEHBERG & PARTNER mbB

-o responsável pela proteção de dados-

Feithstraße 177, 58097 Hagen

E-mail: [datenschutz@wehberg.de](mailto:datenschutz@wehberg.de)

Para mais informações, consulte as páginas web <https://wehberg.de/impressum> e <https://wehberg.de/datenschutzerklaerung>.

### **3. Tratamento de dados pessoais**

Os dados pessoais são todas as informações relacionadas com uma pessoa singular identificada ou identificável, ou seja, por exemplo, nomes, moradas, números de telefone, endereços de e-mail, dados básicos de contratos, dados de faturação e de pagamento de contratos, na medida em que estes reflitam a identidade de uma pessoa singular. Apenas tratamos dados pessoais se existir uma base jurídica para o fazer.

Não se realiza qualquer tomada de decisão automatizada, incluindo a definição de perfis, no âmbito da utilização do sistema de denúncias do Grupo OBO Bettermann WELT.

### **4. Categorias de dados tratados**

- (1) A utilização do sistema de denúncias do Grupo OBO Bettermann WELT para efetuar uma denúncia é voluntária. Se utilizar o sistema, solicitamos-lhe que forneça informações relativas às seguintes categorias de dados:
  - Dados de comunicação (por. ex., nome, telefone, e-mail, endereço)
  - Dados dos colaboradores da OBO e
  - Se for o caso, nomes e outros dados pessoais das pessoas que efetuam a denúncia, das pessoas mencionadas numa denúncia e das pessoas envolvidas no tratamento dos factos denunciados e na sua investigação posterior (bem como das pessoas que tenham sido identificadas neste contexto).
- (2) Responder de forma completa a todas as perguntas colocadas no âmbito da denúncia ajuda a entidade responsável a tratar a sua denúncia. Se as informações fornecidas estiverem incompletas ou se a denúncia for anónima, poderemos não conseguir tratar a sua denúncia ou apenas fazê-lo com algum atraso.
- (3) No âmbito da utilização do sistema de denúncias do Grupo OBO Bettermann WELT, podemos recolher e tratar as seguintes categorias de dados pessoais:
  - infrações comunicadas e factos a elas associados (incluindo dados relacionados com fraude ou denúncias de fraude, outras violações da lei ou crimes suspeitos ou potenciais, apenas na medida em que tal seja permitido pela legislação aplicável, por exemplo, para permitir que a empresa do Grupo em causa conduza o seus próprios litígios), comunicações e informações recolhidas/verificadas no âmbito da denúncia e da investigação dos factos comunicados (sujeito aos requisitos aplicáveis nos termos da legislação em vigor), e o relatório de investigação;
  - as consequências da investigação, incluindo eventuais medidas disciplinares e a apresentação de acusações penais, o exercício da ação penal ou a condenação, consoante o caso;
  - proteção das pessoas afetadas contra retaliações;
  - medidas de seguimento do relatório.

Os dados pessoais sensíveis e os dados pessoais relativos a suspeitas, processos penais ou condenações por crimes só são tratados na medida em que tal seja permitido pela legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

A fonte de onde provêm os dados pessoais é, regra geral, a pessoa a quem os dados se referem (por ex., o próprio colaborador), bem como os dados pessoais que obtemos legalmente a partir de fontes acessíveis ao público e/ou de terceiros, conforme descrito a seguir.

Podemos recolher dados pessoais das formas descritas a seguir:

- recolha de dados pessoais diretamente junto do titular dos dados, por exemplo, através de um relatório ou de outros formulários ou informações que o titular dos dados nos forneça no âmbito da sua atividade profissional;
- recolha de dados pessoais durante o desempenho das funções do titular dos dados no âmbito da sua atividade profissional, por exemplo, através do seu desempenho e interação com outros colaboradores, clientes ou outras pessoas; e
- recolha de dados pessoais junto de outras partes, tais como denunciante e outros colaboradores.

## **5. Finalidade do tratamento e base legal**

(1) A finalidade do sistema de denúncias do Grupo OBO Bettermann WELT é disponibilizar um canal de comunicação para a sua denúncia e garantir que esta seja tratada pelo Grupo OBO Bettermann WELT, de acordo com os processos do Sistema de Gestão de Conformidade, em cumprimento dos requisitos do direito das sociedades.

(2) Os seus dados pessoais são tratados, nomeadamente, para os seguintes fins

- Denúncias de conformidade: denúncia e acompanhamento de indícios de possíveis violações dos requisitos de conformidade. Pode comunicar essas violações indicando o seu nome ou de forma anónima.

Base legal: o tratamento é efetuado com base numa obrigação legal a que as empresas do Grupo estão sujeitas (alínea c), n.º 1, do art. 6.º do RGPD), tal como previsto nos regulamentos aplicáveis relativos à denúncia de irregularidades.

Nos países em que não existe qualquer obrigação legal de criar um sistema de denúncias, o tratamento é efetuado com base no interesse legítimo da entidade responsável (alínea f), n.º 1, do art. 6.º do RGPD) na repressão de infrações penais, na reivindicação de direitos civis, no estabelecimento ou rescisão da relação laboral ou na deteção de atos puníveis relacionados com a relação laboral.

- Gestão da conformidade: controlo centralizado e atribuição de questões de conformidade a nível do Grupo.

Base legal: interesse legítimo da entidade responsável em dispor de uma visão geral centralizada das denúncias no âmbito da função de governação (alínea f), n.º 1, do art. 6.º do RGPD) e para o exercício e defesa dos nossos direitos.

Em casos excecionais, por exemplo, se pretendermos divulgar a identidade da pessoa que efetuou a comunicação a terceiros, podemos tratar dados pessoais com base no consentimento expresso do titular dos dados.

Se uma denúncia incluir categorias especiais de dados pessoais, esses dados só podem ser tratados se

(i) o tratamento for necessário para o cumprimento das obrigações ou o exercício de determinados direitos da entidade responsável ou do titular dos dados, no âmbito do direito laboral do direito da segurança social e da proteção social, desde que tal seja permitido pela legislação da UE ou dos Estados-Membros ou por acordos coletivos celebrados nos termos do direito nacional, no respeito pelos direitos fundamentais e pelos interesses do titular dos dados (alínea b), n.º 2, do art. 9.º do RGPD), ou

(ii) se o tratamento for necessário para a invocação, o exercício ou a defesa de direitos (alínea f), n.º 2, do art. 9.º do RGPD). Caso uma denúncia contenha categorias especiais de dados pessoais que não sejam manifestamente relevantes para o facto comunicado, estes são apagados de imediato e de forma segura.

Os dados pessoais relacionados com suspeitas, processos penais ou condenações por crimes só serão tratados se tal for expressamente permitido pelo direito da UE ou pelo direito nacional.

## **6. Transmissão de dados a colaboradores da OBO, a pessoas potencialmente suspeitas e a outros responsáveis pelo tratamento de dados.**

- (1) Durante o tratamento de uma denúncia, é necessário reencaminhar a denúncia, na totalidade ou em parte, para os colaboradores do Grupo OBO Bettermann WELT responsáveis pelo seu tratamento, bem como para os colaboradores das empresas do Grupo afetadas pela denúncia. Os seus dados só são disponibilizados aos colaboradores que deles necessitam para o tratamento da sua denúncia.
- (2) O direito da pessoa suspeita de ser informada sobre o tratamento dos seus dados pessoais pode ser restringido ou adiado. Pode ser restringido pela legislação nacional em vigor (art. 23.º do RGPD) ou, na ausência de tal legislação, pode ser adiado em circunstâncias excecionais, por exemplo, se existir o risco de destruição de provas ou se a finalidade para a qual as informações são tratadas puder ser seriamente comprometida.

- (3) Os seus dados só são transmitidos à respetiva empresa do Grupo na medida em que tal seja necessário para o cumprimento de outras obrigações legais. Além disso, os dados podem ser transmitidos a outras entidades responsáveis (por ex., autoridades) caso estejamos obrigados a fazê-lo por lei ou por decisões administrativas ou judiciais executórias.

## **7. Transmissão de dados para destinatários fora da UE ou do EEE**

### **(1) Transmissão para fora do Grupo OBO Bettermann WELT**

As entidades responsáveis só podem transmitir dados pessoais da UE/EEE para terceiros fora da UE/EEE (incluindo a concessão de acesso a partir de um país terceiro), se

- o país terceiro oferecer um nível adequado de proteção de dados, reconhecido pela Comissão Europeia e pela legislação nacional do país em questão, ou
- a transmissão estiver sujeita às cláusulas contratuais-tipo da UE. Cabe às entidades responsáveis, se necessário com o apoio de terceiros, avaliar se o nível de proteção exigida pelo direito da UE é respeitado no país terceiro, a fim de determinar se as garantias das cláusulas contratuais-tipo da UE podem ser cumpridas na prática. Se tal não for o caso, o país terceiro deve tomar medidas adicionais para garantir um nível de proteção essencialmente equivalente ao da UE/EEE, ou
- excecionalmente (ou seja, apenas se as medidas acima referidas não puderem ser implementadas), aplicar-se-á uma exceção a determinadas situações (por ex., se a transmissão for necessária para a constatação, o exercício ou a defesa de direitos).

Pode solicitar uma cópia das medidas de segurança aplicáveis à transmissão dos seus dados pessoais para países fora do EEE através dos dados de contacto indicados na secção 2.

## **8. Período de armazenamento; prazos de conservação**

- (1) Em princípio, conservamos os seus dados durante o tempo necessário para a investigação do incidente de conformidade que é objeto da sua denúncia. Após a conclusão de todos os trabalhos relacionados com a denúncia, apagaremos os seus dados pessoais, com exceção dos dados que devem ser conservados e tratados para o exercício e a defesa dos nossos direitos.
- (2) O momento do apagamento dos dados pessoais que armazenamos e tratamos para o exercício e a defesa dos nossos direitos depende do termo dos prazos máximos de prescrição para contraordenações e crimes, ou para a reivindicação de direitos civis.
- (3) As disposições acima referidas não prejudicam os prazos especiais de conservação de dados aplicáveis em determinadas ordens jurídicas, estabelecidos nas legislações nacionais enumeradas no Anexo 3, os quais prevalecem em caso de conflito.

## **9. Segurança**

- (1) Os nossos colaboradores, bem como os nossos prestadores de serviços, estão obrigados a manter a confidencialidade e a cumprir a legislação aplicável em matéria de proteção de dados.
- (2) Todas as denúncias recebidas são tratadas por um pequeno número de colaboradores autorizados e especialmente formados do Grupo OBO Bettermann WELT e são sempre tratadas de forma confidencial. Os colaboradores do Grupo OBO Bettermann WELT analisam os factos e realizam investigações adicionais necessárias em cada caso específico. Todas as pessoas que têm acesso aos dados estão obrigadas a manter a confidencialidade.

#### **10. Direito de informação e acesso**

Tem o direito de solicitar à entidade responsável informações sobre se estão a ser tratados dados que lhe digam respeito e, se for o caso, de aceder aos seus dados pessoais que tratamos.

#### **11. Direito de retificação**

Tem o direito de retificar ou completar os seus dados pessoais, caso estes estejam incorretos ou incompletos.

#### **12. Direito de apagamento**

Tem o direito de solicitar o apagamento dos dados pessoais que lhe dizem respeito, nas condições específicas previstas na legislação aplicável em matéria de proteção de dados (por ex., RGPD). Devem ser tidos em conta os prazos de conservação em vigor e os interesses legítimos que se oponham ao apagamento.

#### **13. Limitação do tratamento**

Tem o direito de limitar o tratamento dos seus dados se contestar a sua exatidão ou se as entidades responsáveis já não precisarem dos dados, mas precisar deles para o exercício dos seus direitos. Pode também exigir que as entidades responsáveis limitem o tratamento dos seus dados se, de outra forma, tivessem de os apagar ou se estiverem a analisar uma oposição sua.

#### **14. Portabilidade dos dados**

Tem o direito de receber os dados pessoais que lhe dizem respeito e que nos forneceu num formato estruturado, corrente e de leitura automática, e pode ter o direito de transmitir esses dados a outra entidade.

#### **15. Oposição ao tratamento de dados**

Tem ainda o direito de, por razões decorrentes da sua situação específica, opor-se a qualquer momento ao tratamento dos seus dados pela entidade responsável, desde que o tratamento se baseie no "interesse legítimo". Nesse caso, cessamos o tratamento dos seus dados, a menos que possamos - em conformidade com as disposições legais - comprovar razões legítimas

imprescindíveis para a continuação do tratamento que se sobreponham aos seus interesses, direitos e liberdades, ou que se destinem à constatação, ao exercício ou à defesa de direitos legais (artigo 21.º do RGPD).

#### **16. Direito de retirada de consentimento**

Se o tratamento de dados pessoais se basear no seu consentimento, pode revogar o seu consentimento a qualquer momento. Essa revogação não afeta a legalidade do tratamento efetuado antes da retirada do consentimento.

#### **17. Direito de apresentar uma queixa junto de uma autoridade de controlo**

Tem o direito de apresentar uma queixa junto de uma autoridade de proteção de dados. Pode contactar a autoridade de proteção de dados competente para o seu local de residência, o seu país, o seu local de trabalho ou o local onde tenha ocorrido uma presumível violação do RGPD. Encontrará uma lista das autoridades de proteção de dados e os respetivos dados de contacto no Anexo 3. A lista das autoridades nacionais de proteção de dados da UE está disponível em [Membros | European Data Protection Board \(europa.eu\)](#).

#### **18. Alterações à Informação sobre Proteção de Dados**

Reservamo-nos o direito de alterar as nossas práticas de segurança e proteção de dados. Caso o façamos, atualizaremos a nossa Política de Privacidade e informá-lo-emos em conformidade, na medida em que tal seja exigido por lei.